

ISSN 2183-234X

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 16 • ANO DE 2014

EDICÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 16 • ANO DE 2014

Trabalho coordenado por
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

Vale do Côa e foz do Massueime
Foto de António Martinho Baptista

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa
Depósito Legal n.º 121116/98
ISSN 2183-234X

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2014

Índice

Prefácio	5
Introdução	7
Universidade Sénior – Vila Nova de Foz Côa.....	9
Os 500 anos do foral manuelino	15
A arte de moldar o barro, do Neolítico ao século XX – em terras de Foz Côa	21
José Joaquim Ferreira de Moura: Um Fozcoense no Vintismo	33
Alguns Pseudónimos e iniciais de escritores Fozcoenses	39
Ensaio sobre “Portos, Portelas e Portagens”; “Barcas e Barcagens” na Área do atual Concelho de Vila Nova de Foz Côa	45
Arqueologia Pública e projecção social do património arqueológico: o caso do Vale do Côa.	59
A identidade territorial e a aposta nos recursos endógenos como fatores impulsionadores do desenvolvimento económico dos territórios.....	67
O tingimento artesanal. Utilização do sumagre, do castanheiro e das galhas do carvalho na obtenção dos neutros: bege, castanho e preto.....	73
A Fundação CÔA PARQUE e o desenvolvimento integrado – Um desafio com objectivos, perseverança e trabalho	79
Para a história da arqueologia rupestre em Portugal. O Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) em Vila Nova de Foz Côa (1997-2007).....	83
O Projeto Arquivo de Memória do Vale do Coa inserido na Estratégia de Eficiência Coletiva Turismo e Património do Vale do Coa – Provere do Coa	95
ART-FACTS: Uma investigação sobre os contextos arqueológicos da Arte Esquemática no vale do Côa.....	101

Coando a visão – Pelos cem anos do nascimento do vizinho Armando Martins Janeira.....	107
Os pombais do Vale do Côa: Conhecer para valorizar – <i>In memoriam</i> Armando António Trabulo (20-02-1940/12-07-2009)	111
As pesqueiras do rio Sabor no concelho de Torre de Moncorvo: Notícia e inventário	123
Retomar os caminhos do passado para desenvolver o Douro Superior	139
Mortalidad (inusitada) en la comarca del Abadengo durante la construcción de la vía-férrea del Duero (1883 – 1887).....	149
Os incêndios no Vale do Côa em 2013: causas e consequências no património arqueológico.....	163

Para a história da arqueologia rupestre em Portugal. O Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) em Vila Nova de Foz Côa (1997-2007)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Durante 10 anos, entre Maio de 1997 e Abril de 2007, esteve sediado em Vila Nova de Foz Côa este centro de investigação e apoio ao estudo e catalogação da arte rupestre portuguesa.

Nascido na sequência da polémica do Côa (gravuras *versus* barragem), que durante todo o ano de 1995 atravessou a sociedade portuguesa, o CNART dedicou-se fundamentalmente ao estudo da arte rupestre do Côa, em particular da sua arte paleolítica. Foi ainda o CNART que coligiu toda a documentação gráfica e fotográfica relativamente à arte do Côa (e não só) que hoje pode ser apreciada no actual Museu do Côa.

Mas como nasceu e morreu este Serviço Público? Porque foi criado e como e porquê foi decidida a sua extinção? Passados que estão sete anos sobre esta, será talvez a hora de fazermos um primeiro balanço desta curta existência e de qual o seu papel na arqueologia portuguesa do seu tempo. Não será evidentemente um balanço definitivo nem totalmente isento, já que não posso esquecer que dirigi este organismo durante os quase 10 anos da sua existência!

Em 10 de Agosto de 1996, no próprio dia da criação da Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), João Zilhão, então Coordenador do PAVC, sonda-me para que aceite ser o primeiro director do PAVC, já que o ministro Manuel Maria Carrilho ensaiava uma reestruturação da arqueologia portuguesa e João Zilhão acabaria destacado em Lisboa como futuro director do Instituto Português de Arqueologia (IPA), que seria criado pouco depois, e já então pensado fora da orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico Português (IPPAR). Logo na altura e não descartando essa hipótese, falámos da necessidade da criação de um organismo unicamente vocacionado para o estudo da arte rupestre portuguesa e da arte do Côa em particular. Sugestão que foi aceite mais tarde pelo próprio Ministro da Cultura, tendo sido então criado o CNART, em paralelo com o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática

(CNANS), ambos enquanto organismos dependentes do IPA, cuja Comissão Instaladora fora entretanto alterada após alguns episódios burlescos.

Curiosamente, esta separação entre o IPA e o IPPAR duraria o tempo que durou o CNART, geminados que estavam nessa reestruturação que aparecia então como uma espécie de carta de alforria da arqueologia nacional. Experiência que terminaria com a extinção do IPA e a sua reintegração já não no IPPAR, mas agora no novo IGESPAR, que sucederia ao IPPAR. IGESPAR que duraria o tempo dos 6 anos dos dois governos de José Sócrates, acabando agora também reformulado na actual Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC). Voltaríamos assim ao mesmo organismo (pelo menos no nome) que já existira como tal na segunda metade da década de 70. Claro que a coisa não vai estabilizar aqui, já que quando o actual governo ceder o poder, haverá seguramente nova “reestruturação” e quase seguramente um novo nome. Vivemos afinal em anos de fusões e confusões, que tiveram o seu início com o PRACE de má memória que, em 2007, iniciou as “poupanças” forçadas na administração pública portuguesa. Confirmando assim (e afinal) o desgoverno democrático de dirigentes avulsos que durante anos foi acumulando desperdícios e criando, nas palavras dos governantes do momento, uma plêiade de organismos inúteis e que podem muito bem funcionar em “ninho” (que não em rede). Quem não se lembra da vanglória do Primeiro Ministro socialista a anunciar no Parlamento a extinção de 25% (ou à volta disso) de cargos de chefia na administração pública?! E a promessa de que assim se iria continuar... talvez até mesmo à extinção do país (que, a continuar-se assim, funcionaria certamente muito melhor - e mais barato - fundido com o seu vizinho a leste!).

Perseguindo uma orientação que João Zilhão então procurou imprimir ao IPA, o CNART foi criado como uma estrutura flexível e muito pequena, tendo como principal finalidade a continuação do estudo da

Arte do Côa, mas com competências para intervir, dar pareceres ou realizar estudos em todo o território nacional. Para isso, o CNART dispunha de um director, um secretariado com um único funcionário, um desenhador (estava prevista a contratação de um segundo desenhador, o que só se concretizaria muito episodicamente) e mais 4 ou 5 funcionários entre arqueólogos e técnicos auxiliares de arqueologia. Tendo em atenção a especificidade do serviço, passaram pelo CNART 5 arqueólogos, dos quais só André Santos e Mário Reis acabariam (muito produtivamente, diga-se) por se fixar na região. Ambos, cada um à sua medida e após a “tarimba” do CNART, se tornaram elementos muito válidos na actual orgânica do PAVC. Da mesma forma, Fernando Barbosa, o antigo desenhador do CNART (que fui “roubar” em 1997 ao Museu de D. Diogo de Sousa, em Braga), que comigo se iniciara como desenhador rupestre no Vale da Casa (Douro) nos idos de 82, e cujo talento de desenhador de arte rupestre é inegável, é hoje desenhador do PAVC.

Pelo CNART passou nesses anos um leque de gente nova, em formação de estágios curriculares (nesse capítulo mantivemos uma particular ligação com a Universidade do Minho), gente interessada em aprofundar os seus conhecimentos práticos em arte rupestre, estimulada certamente pela polémica do Côa e pelos novos serviços ligados à salvação e estudo da Arte do Côa que entretanto tinham surgido.

E valerá aqui a pena recordarmos que, quando em finais de 1994 a arte do Côa começou a ser revelada, o IPPAR, ao tentar contratar arqueólogos nacionais com formação sólida em estudos de arte rupestre que pudessem assegurar um estudo cientificamente acelerado do Côa, tinha à sua volta um deserto de gente! Que felizmente, 20 anos depois, se tornou entretanto num universo muito povoado, o que também se deve, em parte, à própria existência do CNART.

O CNART foi criado pelo Decreto-Lei 117/97, de 14 de Maio, enquanto serviço dependente do IPA, instituído pelo mesmo decreto. Funcionou nos primeiros anos numa dependência do 1º andar do feio edifício da sede do PAVC, na avenida central de Vila Nova de Foz Côa. Um espaço limitado, mas bem integrado na boa cooperação que sempre mantivemos com os serviços do PAVC (onde assegurámos desde sempre a componente rupestre dos cursos de formação de guias de arte rupestre e operadores privados da região que estão autorizados a realizar visitas às gravuras do Côa). Esta criação de um organismo nacional com a sua sede numa das pequenas cidades do interior português se,

por um lado, derivava do facto da necessidade de nos centrarmos no estudo da arte do Côa, por outro, foi desde sempre uma aposta nossa na descentralização deste tipo de organismos da administração central.

Durante os primeiros anos tentámos “inventar” uma sede própria, fazendo sentir junto do IPA essa necessidade (a sede do CNART esteve inicialmente pensada para funcionar no abortado projecto de construção do Museu do Côa, na zona de implantação da própria barragem abandonada em finais de 1995), mas também procurando o apoio da própria Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa (CMVNFC) o que plenamente se justificava, até para nos individualizarmos da estrutura mais pesada e claramente menos vocacionada para a investigação e mais para a conservação, a divulgação e o turismo, que era o próprio PAVC, cujas relações com a CMVNFC não foram as melhores durante os primeiros anos do Parque. Os nossos esforços colheriam a boa vontade da CMVNFC e foi possível arrancar-se com um projecto de sede para o CNART em edifício próprio na área da cidade. E aqui queremos deixar os nossos sinceros agradecimentos pelo empenho e pelas boas relações que sempre mantivemos com os antigos presidentes da CMVNFC, os Engenheiros Sotero Ribeiro e António Gouveia, ambos grandes entusiastas na criação desta sede, para ela tendo mesmo assegurado a componente do financiamento nacional necessário ao erguer do projecto, financiado com verbas comunitárias, e para o qual o IPA não contribuiu com qualquer verba. Pese embora este facto, seria pois através das boas relações com a CMVNFC que foi possível a construção de uma sede própria para o CNART. O projecto de arquitectura, desenhado pelo arquitecto



Figura 1 – A antiga sede do Centro Nacional de Arte Rupestre, em dia de forte nevão em Vila Nova de Foz Côa. O edifício, após o fim do CNART, foi entregue à Cruz Vermelha (fotografia António Martinho Baptista).

Vasco Cameira, reformularia por completo um edifício do complexo de construções afectos ao pessoal técnico da abandonada barragem do Baixo Côa. Localizado na saída de Vila Nova de Foz Côa para Castelo Melhor (pela EN 202), a obra adaptaria o antigo edifício técnico da EDP (onde funcionavam então os serviços do Turismo de Foz Côa) e criaria de raiz uma área subterrânea de garagens e salas de arquivo e um anexo com uma larga planta circular, pensado como uma estrutura original para receber futuras exposições dos trabalhos de arqueologia rupestre do CNART. Esta planta circular continha simultaneamente, nas palavras do arquitecto Vasco Cameira, uma homenagem e uma clara influência da arquitectura rural dos pequenos pombais circulares que pontilham os campos agrícolas e as terras de toda esta região do interior português, onde são ainda muito comuns, embora na sua grande maioria já sem qualquer ligação à economia tradicional.

Inaugurada sem pompa nem circunstância, a nova sede acolheria o pessoal e os arquivos do CNART por muito pouco tempo (menos de 2 anos!), já que o CNART seria extinto em Abril de 2007, pouco depois do início da construção do futuro Museu do Côa - a primeira pedra foi simbolicamente enterrada em 27 de Janeiro de 2007, em cerimónia presidida pela ministra da Cultura, Pires de Lima.

Embora já sem as atribuições legais que lhe tinham sido cometidas, ocupámos ainda este edifício (mas já tão só como funcionários do PAVC) até inícios de 2010 (por deferência da CMVNFC, a cujo presidente de então, Dr. Emílio Mesquita, agradecemos também a sua boa vontade e sempre pronta disponibilidade), tendo estes serviços sido completamente integrados no PAVC em princípios de 2010, poucos meses antes da inauguração formal do Museu do Côa pelo Primeiro-Ministro e Ministra da Cultura, em 31 de Julho de 2010. A passagem do material de arquivo e de todo o espólio acumulado ao longo dos anos de existência do CNART foi feita ao longo de várias semanas, a poder de braços dos seus antigos trabalhadores nas viaturas todo o terreno do PAVC, já que o IGESPAR não se dispôs sequer a pagar os serviços de uma qualquer empresa de mudanças. E a transição “natural” dos trabalhadores do CNART para o PAVC processou-se sem dor mercê da inteligente gestão de Alexandra Lima, então directora do PAVC, que gradualmente tinha conseguido ir aproximando o Parque, quer das Câmaras, quer das populações locais, que nos primeiros anos estiveram claramente divorciadas do Parque e da sua arte rupestre (para isso contribuíra também bastante a

frustração dos programas do PROCÔA). Nesse sentido, foi fundamental uma série de acções que então foram desenvolvidas e que passavam pelo envolvimento da CMVNFC e das outras Câmaras com territórios na área do Parque, e das Juntas de Freguesia locais e Associações Culturais na divulgação do Parque e dos sítios rupestres (visitas de populares às gravuras, exposições, promoção de produtos regionais com a arte rupestre “em pano de fundo” e, enfim, fazer ressaltar o orgulho popular pela existência do seu Património Mundial no vale do Côa...).

Mas, sendo o CNART uma estrutura leve e praticamente sem peso até no orçamento do próprio IPA, porque foi decidida a sua extinção e logo num momento em que se iniciava a construção do Museu do Côa e tendo nós próprios sido encarregues pelos novos “gestores” do património, de coordenar o sector da museologia rupestre a integrar no Museu do Côa? Claro que com o CNART transitando “naturalmente” para o PAVC, transitava também todo o conhecimento adquirido sobre a arte do Côa, o que seria fundamental para o modelo expositivo “rupestre” e o discurso arqueológico do futuro Museu do Côa. Será que, pese embora tudo isso, o novo IGESPAR optou por deixar cair essa estrutura com uma vocação muito especializada, porque entretanto a arte rupestre deixara de ser “sexy”, como já alguém sugeriu? E, entretanto, tinham surgido um pouco por todo o país arqueólogos que foram ganhando a sua especialização nesta área do saber arqueológico. Não terá sido também porque o director do CNART ousara defender, como testemunha, em tribunal, um sítio rupestre que iria ser atravessado por mais uma das novas auto-estradas que estamos agora a pagar? À beira da reforma (?), um dia contaremos melhor esta historieta...

A principal herança que transportámos para o PAVC, para além dos inventários e levantamentos da arte do Côa e de muitos outros sítios da arte rupestre portuguesa, foi também a colecção de moldes em latex da arte rupestre do Vale do Tejo, um trabalho dos anos 70 que, logo nos primeiros anos do CNART, passaram, mercê da compreensão do Dr. Luís Raposo, então director do MNA, dos arquivos do Museu Nacional de Arqueologia para os nossos arquivos em Vila Nova de Foz Côa. Um material que começou a ser desenhado metodicamente no CNART, mas que acabaria por ser quase integralmente (re)desenhado pela equipa do Instituto Terra e Memória de Mação, um trabalho ainda em curso. E penso que estes moldes, cujo arquivo, após a extinção do CNART, já nada justifica que se mante-

nha no Museu do Côa, deverão voltar a Vila Velha de Ródão, quando o permitam as condições de um alargamento do Centro de Interpretação da Arte do Tejo, cujo primeiro projecto, ainda sob nossa coordenação, foi aqui inaugurado em 2012.

E transportaríamos ainda para o PAVC/Museu do Côa a nossa bem apetrechada biblioteca, bastante actualizada em arte rupestre, por compras e permutas, até finais de 2006 e que, a partir daqui, pararia no tempo! É verdade que o tempo hoje é mais de pdf's e ebooks, mas o cheiro da tinta e do papel impresso é para nós sempre estimulante e inolvidável...

Para além dos levantamentos e estudos da Arte do Côa que continuámos a realizar durante todo o tempo de existência do CNART (longas noites de paixão no Côa e muitas centenas de levantamentos em grande parte ainda inéditos!) e pese embora a pequena mas funcional equipa de que dispúnhamos, o CNART actuou em todo o país, de que destacamos aqui os trabalhos mais relevantes:

Desde logo, o longo episódio em que nos vimos envolvidos com o estudo da arte rupestre do Alqueva, no Guadiana. As gravuras pós-glaciares do Guadiana português foram reveladas quando a barragem de Alqueva estava já praticamente concluída (as com-



Figura 2 – Rocha 3 da Quinta da Barca, a mais icónica das gravuras paleolíticas do Côa (fotografia António Martinho Baptista).



Figura 3 – Levantamento nocturno na rocha 24 da Ribeira de Piscos, aqui na companhia dos dois futuros arquitectos do Museu do Côa, que assim procuravam, com o CNART, melhor compreender as subtilezas e o espírito do lugar da arte paleolítica do Côa (fotografia António Martinho Baptista/2005).

portas seriam encerradas em 8 de Fevereiro de 2002). O CNART foi chamado a dar o seu parecer sobre os achados na primavera de 2001, após a descoberta de algumas gravuras no sítio da Moinhola, no dia 25 de Abril deste ano, por um grupo de ecologistas (!), e logo de seguida foi-lhe cometida a tarefa de programar e realizar o estudo de toda a arte rupestre já revelada ou a revelar no Guadiana português. Mas já desde o início do mesmo ano que uma equipa castelhana, sob a orientação de Hipólito Collado Giraldo, tinha começado a estudar e documentar exaustivamente o sítio de Molino Manzanéz (o mais importante complexo rupestre de todo o Guadiana), onde posteriormente seria mesmo reconhecida a existência de arte paleolítica. E, sob intensa pressão e com uma reduzida equipa (que foi sendo sucessivamente ampliada, mas com pessoal pouco habilitado em arte rupestre), durante o ano de 2001 realizámos duas longas campanhas de trabalhos a Sul, tarefa que se prolongaria ainda para uma outra campanha em 2002 para a subsidiária barragem do Pedrógão (e o longo trabalho de gabinete, sem gente e sem meios, seria transportado para os anos seguintes de Foz Côa!!). A albufeira do Alqueva é vastíssima (um lago interior com 250 km²) e nunca fora objecto de uma bem programada campanha de prospecção em arte rupestre (ao contrário do que aconteceria mais tarde no Sabor), pese embora ser o Guadiana um rio que rasga muitos quilómetros de xistos e estar ainda fresca toda a polémica do Côa. Também esta aventura a Sul passou por momentos entre o caricato e o insólito (ao contrá-

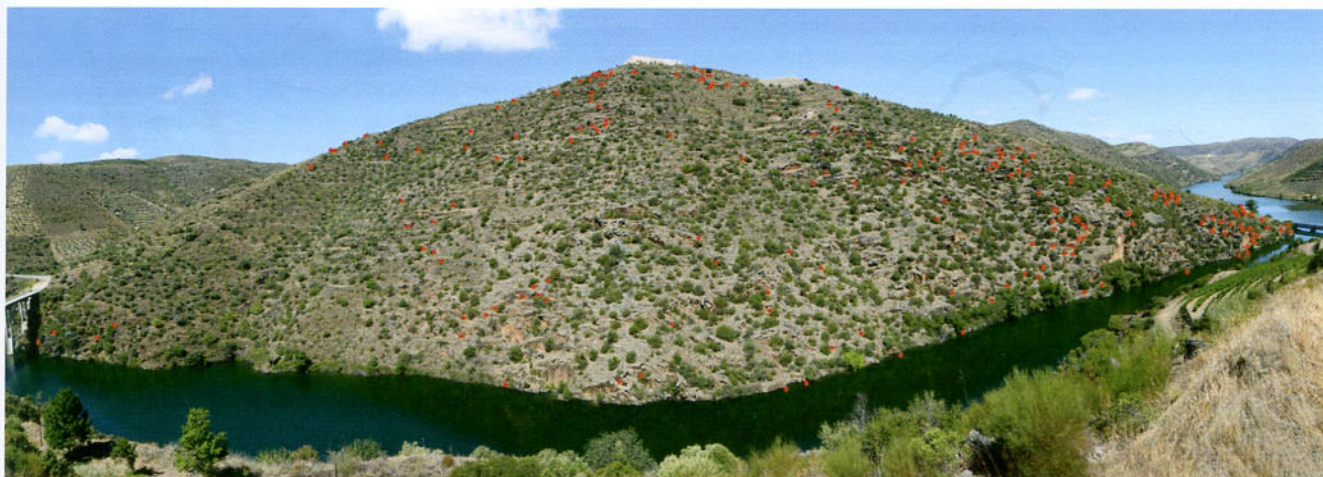


Figura 4 – Foz do Côa, com o Museu do Côa no alto da vertente e estando assinaladas as rochas decoradas aqui inventariadas, na sua maioria do tardi-glaciar e da IIª Idade do Ferro. Uma das mais importantes tarefas do CNART nos anos que precederam a construção do Museu do Côa, foi a realização de uma minuciosa prospecção e inventário de todos os vestígios rupestres nesta zona, de forma a protegerem-se, todos e cada um, durante a construção da grande obra pública que é hoje o Museu. Na altura e perante a grande quantidade de rochas gravadas que foram descobertas, pensámos poder promover visitas públicas, a partir do Museu, a alguns dos painéis historiados deste sítio, mas as difíceis condições de acesso e o facto das gravuras serem praticamente todas incisais, não têm favorecido a prossecução deste objectivo (fotografia Mário Reis).

rio do que aconteceu em Espanha), mercê da grande projecção mediática que os testemunhos rupestres tinham atingido em Portugal e pelo facto de aqui esses testemunhos serem, desta vez, afundados sem apelo por uma grande barragem. Estando no Guadiana castelhano os mais importantes conjuntos rupestres históricos que seriam inundados pelas águas do Alqueva, foi na parte nacional que a polémica, com algumas ramificações internacionais, voltou a acender-se com acusações infundadas numa imprensa agressiva alimentada pela insensatez de uns quantos. Afinal, dos 75 quilómetros de gravuras que alguma imprensa chegou a relatar, pode agora finalmente consultar-se a monografia final deste trabalho e aferir da verdadeira realidade rupestre do Guadiana português. Esta monografia, que só recentemente foi publicada (A.M.Baptista & A.Santos, “A arte rupestre do Guadiana português na área de influência do Alqueva”, Memórias d’Odiana, 2ª série, 2013, 339 p.), pode considerar-se com toda a propriedade o último grande trabalho do CNART. Deve-se em grande parte ao esforço da equipa que ali trabalhou duramente (muito duramente!) nos anos de 2001/2002 e ao grande empenho posterior de André Santos, bem como à persistência de António Carlos Silva, que sempre pugnou pela publicação em papel destes resultados (chegou a ser ponderada a sua apresentação apenas em versão electrónica).

Pese embora a árdua tarefa do Alqueva, um dos mais significativos trabalhos que o CNART realizou nestes anos de brasa, foi a revelação e estudo dos novos sítios com arte paleolítica de ar livre em território português fora da área do Côa e que, após o Côa, foi possível começar a sistematizar. Todos eles estão em margens fluviais xistosas, alongando-se desde o Alto Sabor até ao Ocreza. Todos estão sintetizados no último capítulo do meu último livro sobre a arte do Côa (“O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal”, Ed. Afrontamento, 2009, 253 p.), pelo menos os identificados até 2009. Justifica-se este destaque, pois um dos projectos que mais acarinhámos desde os últimos anos do CNART, foi a possibilidade de se poder estender a todos estes sítios de ar livre a classificação de Património Mundial enquanto Extensões do Vale do Côa (um projecto também muito apoiado por Alexandra Lima, então directora do PAVC). Foi também por isso que desde sempre apoiámos a Junta de Castilla y León na promoção da classificação de Siega Verde a Património Mundial, o que seria conseguido em Agosto de 2010, enquanto Extensão do Vale do Côa. Relativamente aos novos sítios com arte paleolítica de ar livre até agora identificados (os mais recentes, entre nós, são o da Foz do Tua, olhando já o Douro, e o de Redor do Porco – rocha Mário Reis –, no Águeda nacional, no Parque

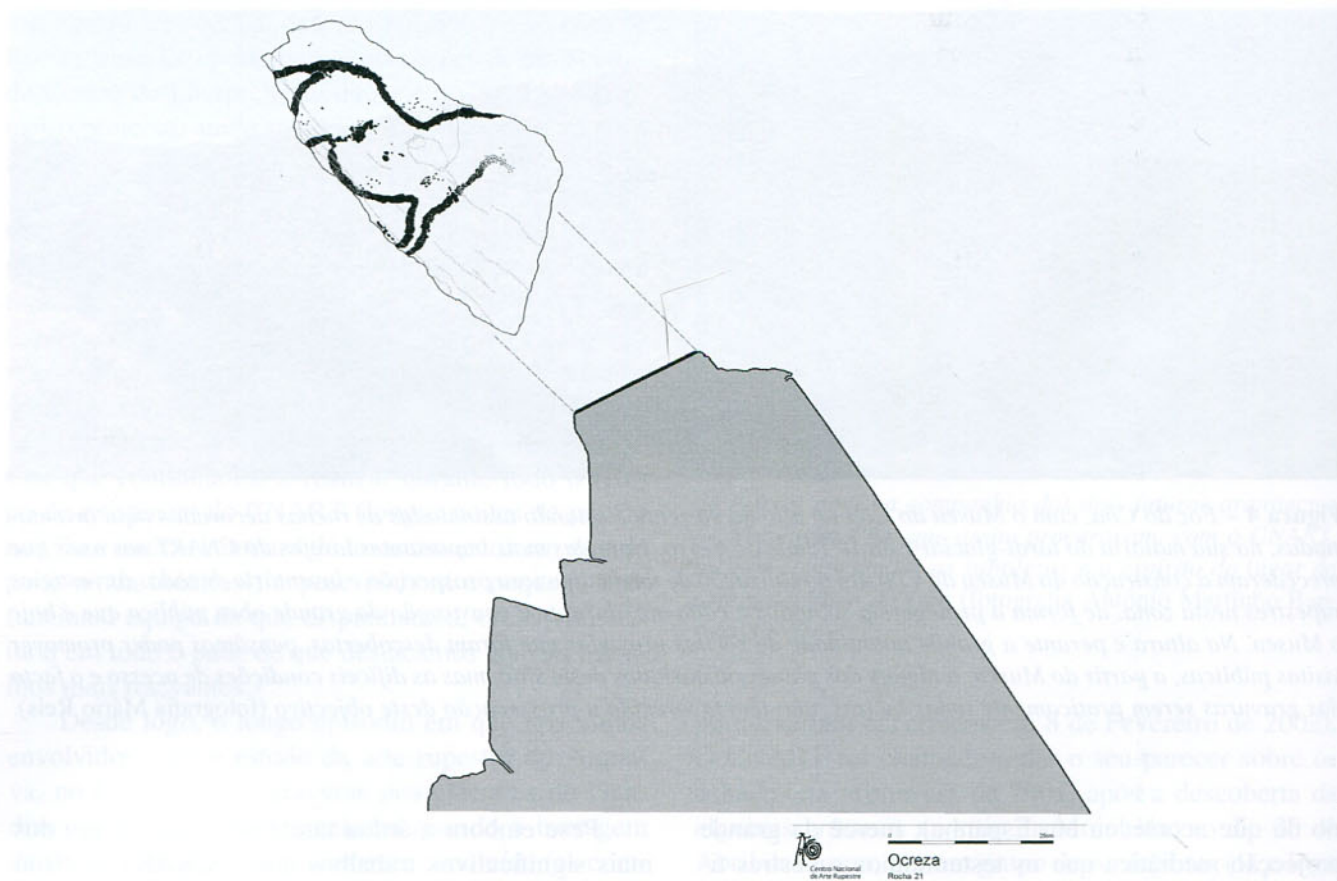


Figura 5 – Desenho e alçado do afloramento do cavalo Gravetense do Ocreza, descoberto pelo CNART no ano 2000. É a única gravura de morfologia paleolítica até hoje identificada na área de dispersão do complexo de arte rupestre do Vale do Tejo. Tem claras afinidades com a fase antiga da arte do Côa.

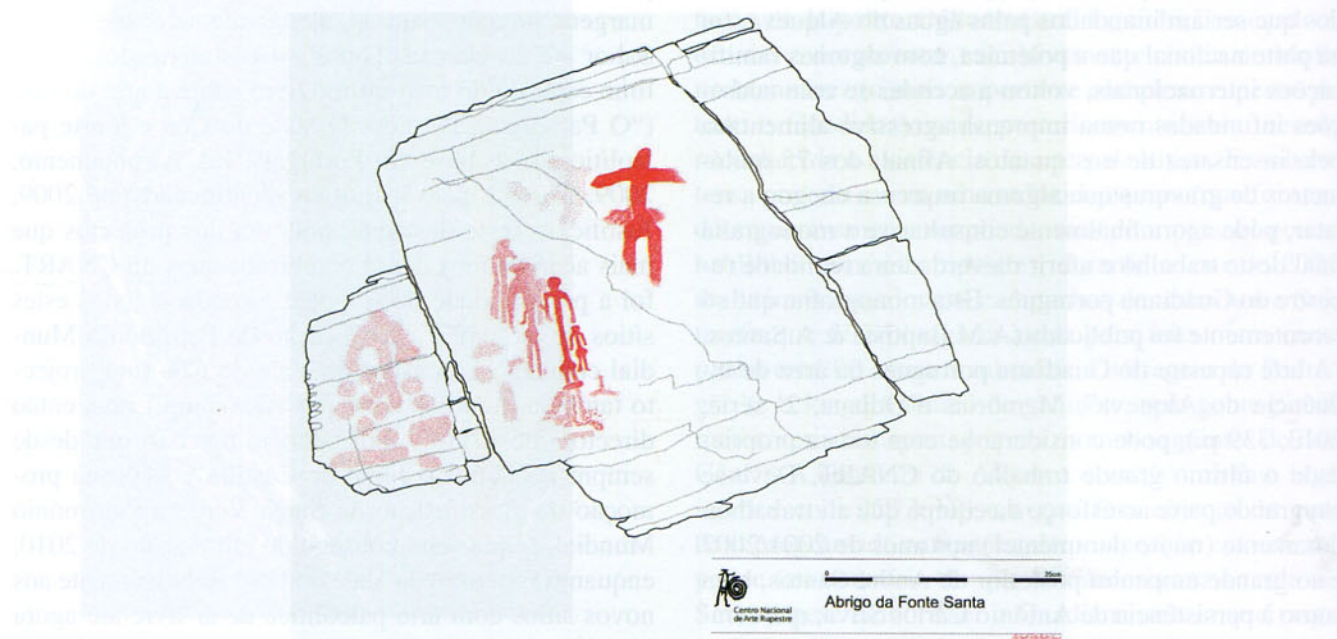


Figura 6 – Trabalhos do CNART sobre a pintura esquemática do NE português: Painel 2 da Fonte Santa (Freixo de Espada à Cinta).

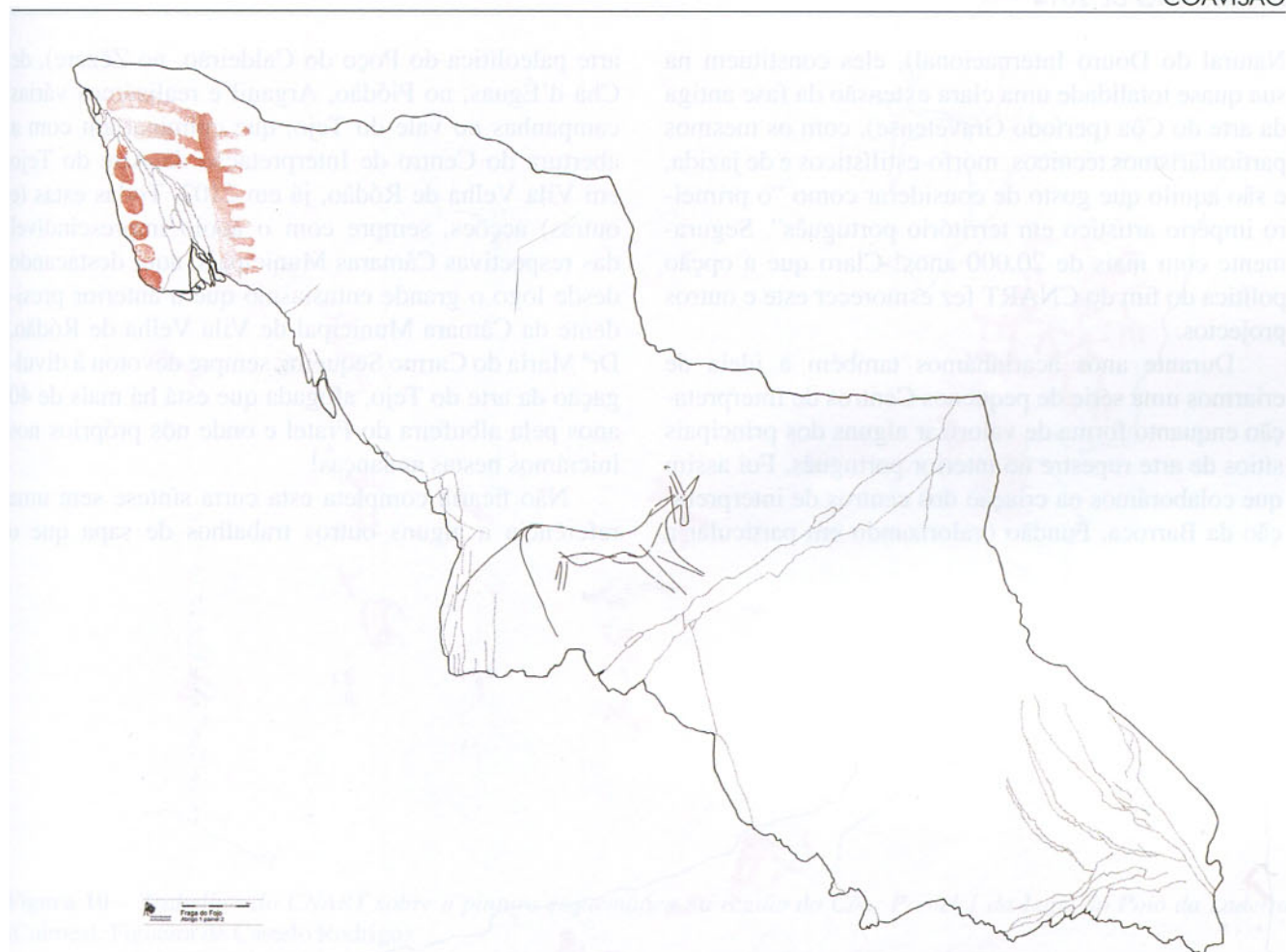


Figura 7 – Trabalhos do CNART sobre a pintura esquemática do NE português: Painel 2 da Fraga do Fojo, no vale do Sabor.



Figura 8 – Trabalhos do CNART sobre a pintura esquemática do NE português: Painel direito da Pala Pinta (Carlão, Alijó).

Natural do Douro Internacional), eles constituem na sua quase totalidade uma clara extensão da fase antiga da arte do Côa (período Gravetense), com os mesmos particularismos técnicos, morfo-estilísticos e de jazida, e são aquilo que gosto de considerar como “o primeiro império artístico em território português”. Seguramente com mais de 20.000 anos! Claro que a opção política do fim do CNART fez esmorecer este e outros projectos.

Durante anos acarinhámos também a ideia de criarmos uma série de pequenos Centros de Interpretação enquanto forma de valorizar alguns dos principais sítios de arte rupestre no interior português. Foi assim que colaborámos na criação dos centros de interpretação da Barroca, Fundão (valorizando em particular a

arte paleolítica do Poço do Caldeirão, no Zêzere), de Chã d'Éguas, no Piódão, Arganil e realizámos várias campanhas no vale do Tejo, que culminariam com a abertura do Centro de Interpretação da Arte do Tejo em Vila Velha de Ródão, já em 2102. Todas estas (e outras) acções, sempre com o apoio imprescindível das respectivas Câmaras Municipais, aqui destacando desde logo o grande entusiasmo que a anterior presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Dr^a Maria do Carmo Sequeira, sempre devotou à divulgação da arte do Tejo, afogada que está há mais de 40 anos pela albufeira do Fratel e onde nós próprios nos iniciámos nestas andanças!

Não ficaria completa esta curta síntese sem uma referência a alguns outros trabalhos de sapa que o

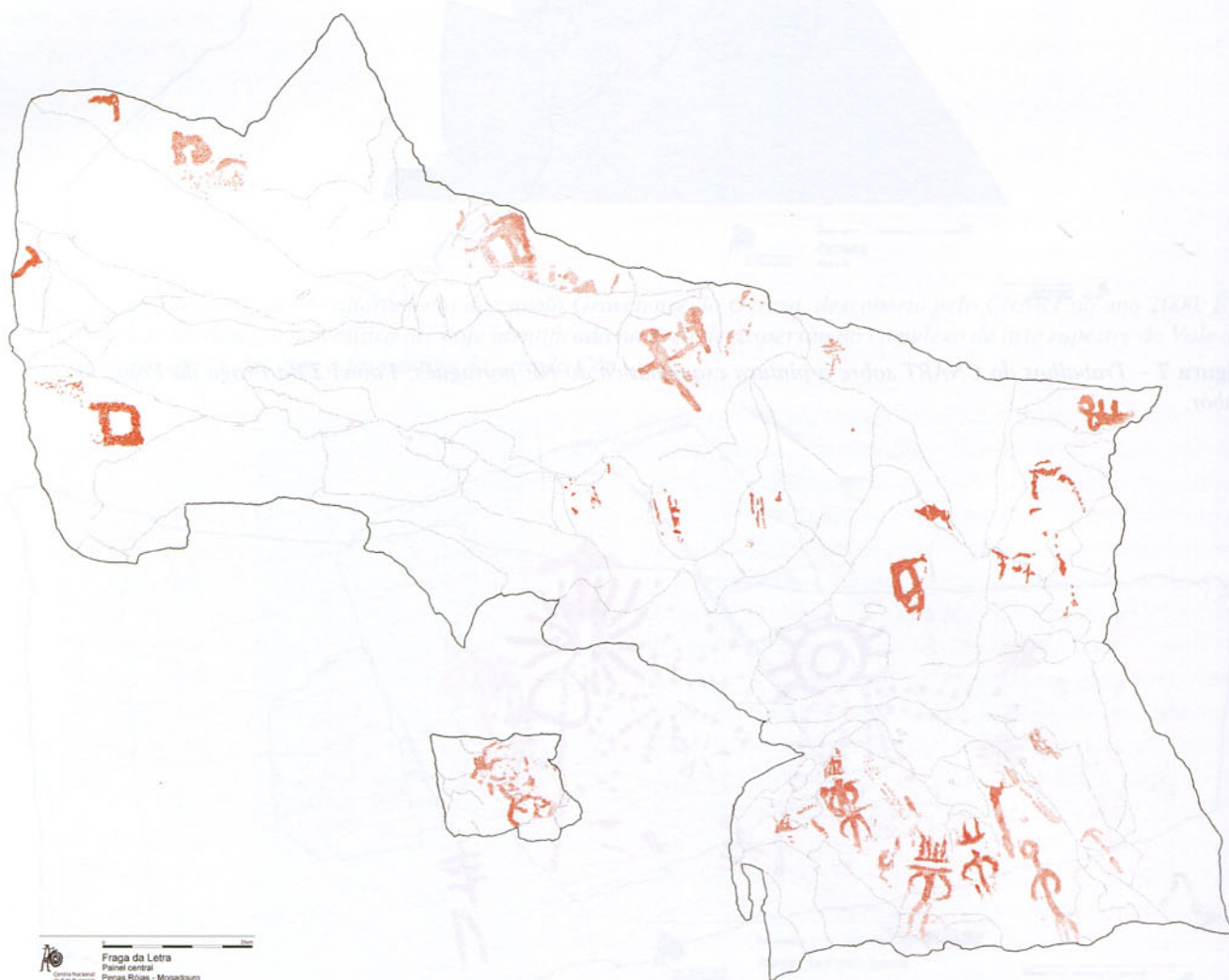
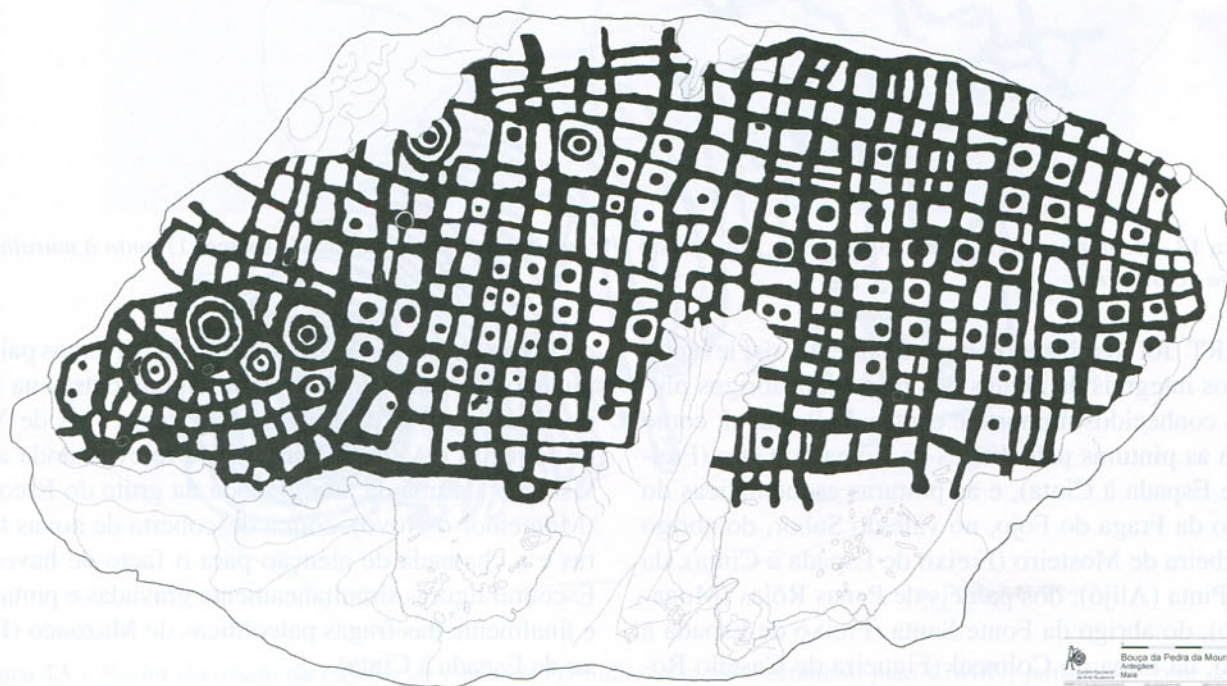


Figura 9 – Trabalhos do CNART sobre a pintura esquemática do NE português: Painel central do abrigo de Penas Róias (Mogadouro).



Figura 10 – Trabalhos do CNART sobre a pintura esquemática na região do Côa: Painel 1 da Lapa do Poio da Ladeira (Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo).



Bouça da Pedra da Moura
Ardegães
Maia

Figura 11 – Trabalhos do CNART sobre a arte gravada do NW peninsular: a Pedra de Ardegães, face principal (Maia).

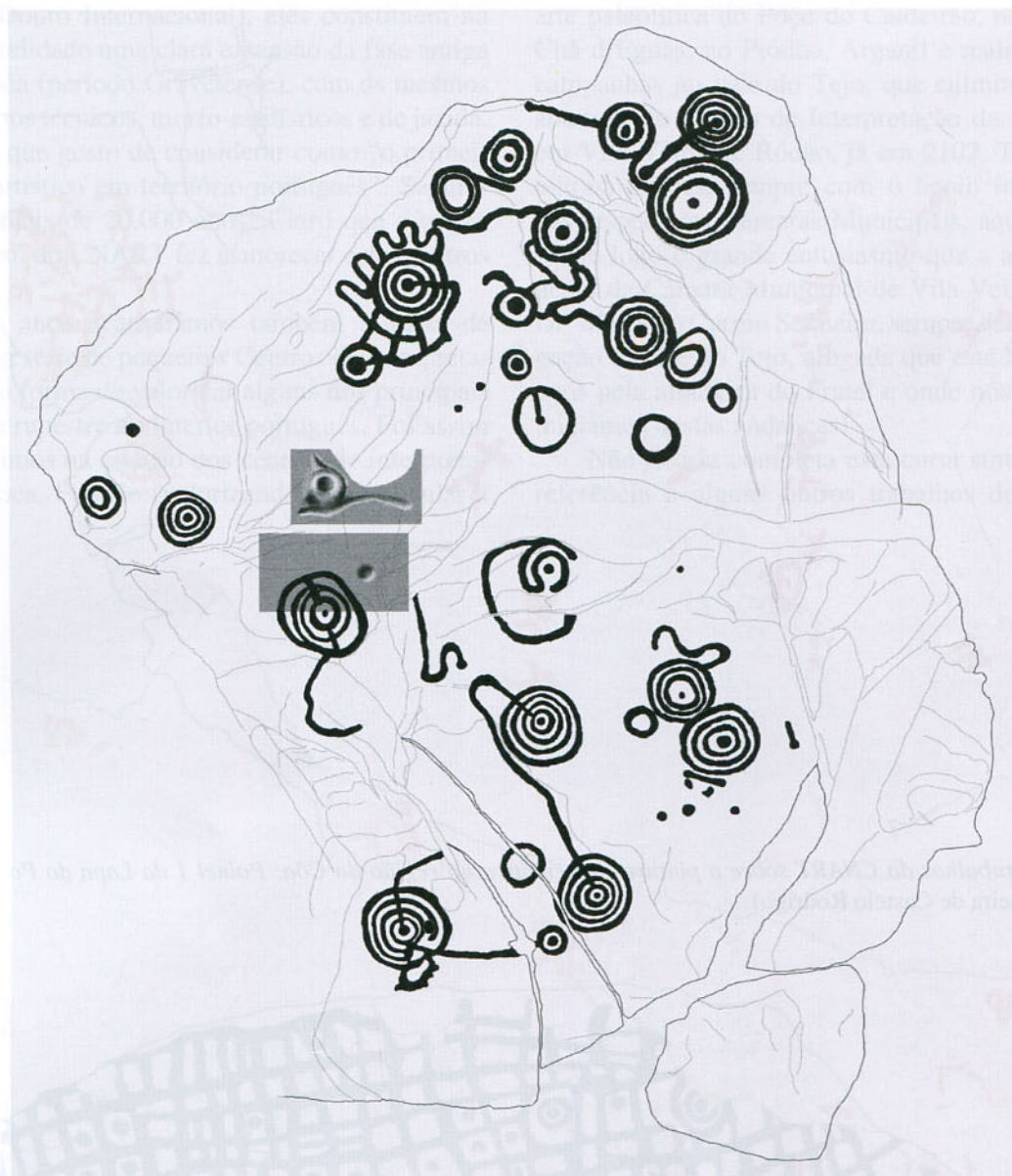


Figura 12 – Trabalhos do CNART sobre a arte gravada do NW peninsular: rocha decorada (painel 1) junto à muralha da Citânia de Briteiros.

CNART foi realizando, nomeadamente os levantamentos integrais de alguns dos principais abrigos pintados conhecidos no norte e centro de Portugal, como sejam as pinturas paleolíticas da Fraga do Gato (Freixo de Espada à Cinta), e as pinturas esquemáticas do abrigo da Fraga do Fojo, no vale do Sabor, do abrigo da Ribeira de Mosteiro (Freixo de Espada à Cinta), da Pala Pinta (Alijó), dos painéis de Penas Róias (Mogadouro), do abrigo da Fonte Santa (Freixo de Espada à Cinta), da Lapa do Colmeal (Figueira de Castelo Rodrigo, que estava inédito), do abrigo de Bizarril (Figueira de Castelo Rodrigo, também inédito), da Fraga

do Forno da Velha (Mogadouro) e dos diversos painéis pintados da Faia (Pinhel), entre alguns outros na área do Côa (como o da Ribeira de Piscos, e os de Vale de Figueira e Vale Videiro...). De relevar ainda a revisão de alguma da arte gravada da gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), com a descoberta de novas figuras e a chamada de atenção para o facto de haver no Escoural figuras simultaneamente gravadas e pintadas; e finalmente das fragas paleolíticas de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta).

Entre a arte gravada fora da área do Côa foram desenhados e/ou estudados: a Laje da Travessa das Escas-

das (Sabugal); a grande rocha de Portamugas (Rodeiro, Castro Laboreiro, Melgaço) e do Fial (Castro Laboreiro, Melgaço); realizou-se uma revisão completa da arte esquemática do Gião, em Arcos de Valdevez (onde implantámos um circuito de visita com fichas temáticas para os principais painéis historiados); uma revisão das principais rochas da arte do Tejo fora de água, como as do grande sítio de S. Simão, Nisa (onde desenhámos pela primeira vez na sua integralidade a rocha mais densamente gravada desta estação), de Gardete (Vila Velha de Ródão) e do Ocreza (Mação); diversos sítios no vale do Sabor (como o Cabeço do Aguilhão e as rochas insculpidas junto a Santo Antão da Barca...); uma revisitação da Pedra de Ardegães (Maia); as rochas gravadas da freguesia de Vide (por solicitação da Câmara Municipal de Seia); as rochas gravadas da freguesia do Piódão (Arganil); as gravuras da Cigadonha (Torre de Moncorvo); e a estimulante rocha insculpada junto da muralha castreja da citânia de Briteiros

(por solicitação da Sociedade Martins Sarmento), entre vários outros sítios um pouco por todo o país...

Entretanto, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área de influência dos dois empreendimentos hidro-eléctricos do Baixo Sabor, abriram novas vias de pesquisa na arte rupestre do NE português, uma das principais áreas de intervenção do CNART. Aqui merecem destaque os recentes achados de arte móvel paleolítica (Medal) e da Idade do Ferro (Castelinho), pois os principais sítios com arte rupestre de ar livre nesta área já anteriormente tinham sido documentados pelo CNART, mas que agora foram consideravelmente enriquecidos. Permito-me, a terminar, louvar o muito profissional e bem coordenado trabalho que aqui foi conduzido, em particular o de Sofia Figueiredo no domínio da arte rupestre (que há pouco defendeu na Univ. do Minho o seu doutoramento sobre “A Arte Esquemática Pintada do Leste Transmontano”), já que a considero uma das florações do CNART, pois Sofia



Figura 13 – Rocha decorada da Lajeira do Freixieiro (Piódão, Arganil), estudada pelo CNART, juntamente com dezenas de outros painéis decorados nesta região, como trabalho preparatório para a criação do Centro de Interpretação da arte rupestre de Chã d’Éguas.

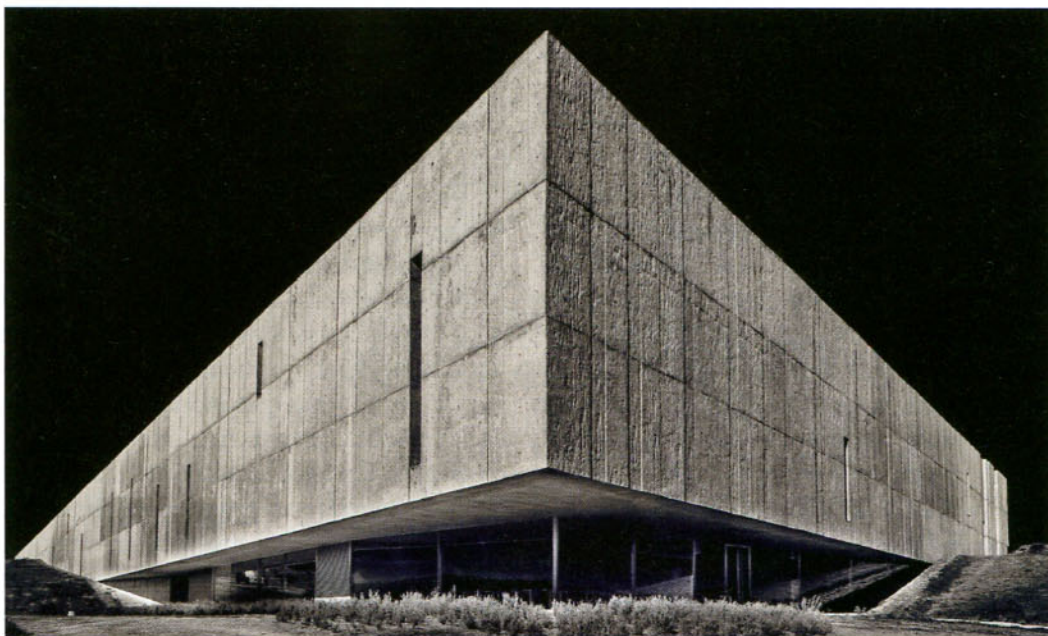


Figura 14 – *Museu do Côa. onde pode ser apreciada uma sùmula dos trabalhos do CNART no Vale do Côa* (fotografia António Martinho Baptista).

Figueiredo foi a nossa primeira estagiária a atingir o doutoramento.

Como não podia deixar de ser, o CNART privilegiou sempre o trabalho de campo e de sistematização da nossa arte rupestre, até então demasiado livresca. Calado que foi formalmente o seu espaço de interven-

ção, que fiquem ao menos as memórias, “as que são, as que serão e as que já foram”, como as do adivinho Calcas, da *Ilíada* (I, 70).

Vila Nova de Foz Côa, Março de 2014